

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO 2023 DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETRÓPOLIS

Ata da Reunião Ordinária do conselho Municipal de Petrópolis, realizada do dia 28, de Novembro de 2023 as 18:30Hr. Na Casa dos conselhos, e Comissões Augusto Ângelo Zanatta, sito na Av. Koeler, 260 Centro Petrópolis/RJ

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, na Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanata, tendo início às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, com a presença das seguintes instituições, ASMVIDA, Associação de Moradores do Bairro Presidente Sodré, AMAC, APE, APAE, APPO, Associação de Moradores do Bairro São João Batista, ASBANTHO, ABEN, CRP/RJ, CREFI, CREFITO, Amanda Vellozo, Michele Lago, Ricardo Patulea, Marcele Felipe, Katia Cerqueira, Marcus Curvelo, Roseli Soares, Maria Auxiliadora Pires, Claudia Respeita, FAMPE, Instituto Alliance, SEESP, Sindicato dos Empregados do Comércio, Sindicato dos Médicos, UNA LGBT, UDAM, União Brasileira de Mulheres, HCC, GRUPARJ e Faculdade de Medicina de Petrópolis. Foi colocada em apreciação a ata da reunião ordinária do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, tendo a mesma sido enviada previamente aos conselheiros por e-mail e aprovada sem ressalvas pela plenária. **Leitura dos expedientes** - Ofício APPO alterando a titularidade e suplência da instituição, o segundo expediente seria o ofício do Hospital Santa Teresa, então a Presidente solicitou que aguardassem o Secretário de Saúde chegar, pois o mesmo estava vindo de uma reunião onde estava sendo tratado o teor do ofício que seria lido na plenária e o mesmo faria os devidos esclarecimentos. **Informes** – Pedro Vidal, representante da ABEM informou que foi realizada reunião da Comissão de Recursos Humanos, na segunda-feira, dia vinte e sete de novembro, porém a ata ainda não havia sido aprovada foram tratadas situações da Academia da Saúde e todas as duvidas apontadas pelo representante do CREFI foram sanadas, tanto pelos representantes do governo quanto pelo Coordenador da Academia da Saúde, Renato Garcia. A Superintendente de Atenção a Saúde, Claudia Respeita, informou sobre a certificação que o município recebeu de erradicação da transmissão vertical de sífilis e HIV no município, que dia oito de dezembro representantes do município irão à Brasília participar do cerimonia de certificação. **Relatórios das Comissões** – A enfermeira Ana Tamires, responsável pelo Programa de Tuberculose no município, falou sobre a reunião realizada na Secretaria de Estado de Saúde, no dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três e informou sobre o benefício que os pacientes em tratamento de tuberculose irão receber como auxílio para alimentação, que o município conseguiu a extensão desse benefício, no valor de duzentos e cinquenta Reais mensais. A Presidente esclareceu que dos noventa e dois municípios do Rio de Janeiro apenas dezesseis conseguiram a concessão do benefício. A Presidente fez a leitura do Ofício do Hospital Santa Teresa, que trata sobre o desequilíbrio financeiro da instituição e no qual o mesmo informa que a partir do dia trinta e um de março de dois mil e vinte e quatro, a Instituição não tem mais interesse em manter o contrato de convênio com o Município de Petrópolis, a mesma esclareceu que

assim que o ofício foi recebido pela Mesa Diretora o mesmo foi encaminhado à Comissão de Finanças, e que já foram apresentadas algumas considerações para que a comissão se reúna e convoque o Hospital Santa Teresa a encaminhar mais documentações, e esclareceu ainda que o termo do contrato vai ser disponibilizado para que a comissão possa fazer as análises necessárias, a mesma informou ter sido questionada por vários órgãos se o Hospital havia procurado este Conselho para se manifestar ou para fazer alguma tratativa sobre esta situação, porém essa procura por parte do Hospital não aconteceu, em seguida passou a palavra ao Secretário de Saúde, o Secretário iniciou sua fala após o breve resumo da Presidente sobre a situação, e se mostrou estarecido enquanto Secretário de Saúde, pois no dia dezesseis de novembro havia sido aberto um processo de negociação, inclusive com a participação do Prefeito, onde receberam o Diretor Executivo e Cooperativo da Instituição, e fizeram algumas tratativas no sentido de buscar ajuda junto ao Ministério da Saúde e do Governo do Estado, tendo em vista que o mesmo se trata de um Hospital de referencia regional que atende pacientes de outros municípios e recebe verba de fontes estaduais e o Ministério da Saúde já editou portarias em favor do Hospital em função dos serviços prestados, inclusive tratou-se da possibilidade de se pensar em algum reajuste a nível municipal, em abril de dois mil e vinte e um, a porta de urgência e emergência da unidade foi reajustada em quarenta por cento, aportando hum milhão e duzentos mil a mais por ano para o hospital e quatro dias após esse início de negociação chega o ofício do Hospital informando não haver mais interesse em continuar prestando serviço para o município, o secretário fez um breve histórico sobre algumas descontinuidades de serviços de saúde, iniciando no ano de dois mil e doze, quando no dia quinze de dezembro a Casa Providência notificou o município que não prestaria mais o serviço de maternidade, passando assim o Hospital Alcides Carneiro a assumir o serviço no dia primeiro de janeiro de dois mil e treze, em dois mil e dezesseis, praticamente sessenta por cento das UPAs do município estavam com serviço paralisado por falta de repasse do Governo do Estado, o Município manteve as UPAs abertas, reorganizou toda a urgência e emergência e não houve nenhuma crise, quando assumiu a atual gestão tiveram mais dois episódios, que foi o Hospital Nossa Senhora Aparecida e o Hospital Santa Mônica que fecharam as porta de uma hora para outra, e que mais uma vez não teve crise, e que no seu ponto de vista como gestor, isso é mais um capítulo de uma política de desmonte do SUS, não promovido por culpa do município, mas sim por uma falta de política Estatal, Federal, Estadual, que deixam principalmente entidades filantrópicas e Santas Casas em uma situação extremamente difícil, promovido também por uma defasagem histórica da tabela SUS, e empurra para o município por conta do rompimento do pacto federativo a responsabilidade de assumir esses serviços, o Secretário informou ainda que havia acabado de sair de uma audiência da 4ª. Vara Cível, onde o Hospital Santa Teresa demonstrou claramente não ter mais interesse em manter os serviços, mesmo o município tentando tratar da questão do reequilíbrio financeiro, e que cabe ao município agora tomar as providencias necessárias e contratualizar outros serviços, que já existem outros serviços interessados e assumir com serviços próprios o que a rede tiver condições de absorver e que tudo será feito de forma responsável, o secretário informou ainda que a instituição, ao final da audiência manifestou interesse em discutir a

continuidade da prestação de serviços na área de hemodinâmica e ortopedia, e que esses serviços correspondem a oitenta por cento dos serviços prestados, ou seja, o hospital parece querer se livrar dos serviços que não interessam a ele, o Secretário frisou ainda que estamos tratando de uma instituição privada que tem todo o direito de redefinir seu papel empresarial e sendo uma instituição filantrópica tem o direito de redefinir os seus princípios institucionais junto a Congregação Santa Catarina, e que o hospital demonstra sinais de querer se transformar em um hospital unicamente privado. O secretário esclareceu ainda que se o tempo dado não for suficiente para fazer essa reestruturação a secretaria ira judicializar para que o Santa Tereza atenda o tempo necessário para não haver nenhuma descontinuidade dos serviços. O Secretário frisou que o município hoje não tem nenhuma dívida junto ao Hospital Santa Teresa, que o hospital alega um déficit financeiro de trinta milhões de Reais anuais, para prestar serviços ao município, porém todas as vezes que o município solicita que seja aberto o cento de custos, ou seja, quanto o hospital gasta em cada área, isso nunca foi entregue, que não existe a possibilidade de o município assumir um endividamento por parte do hospital se o ente não comprova o quanto gasta em cada área, por questão de responsabilidade com o dinheiro público que protege tanto a Secretaria de Saúde quanto o hospital. O secretário reforça ainda que respeita e lamenta a situação, mas que não ficará de braços cruzados, que tomara todas as providencias necessárias para que não haja descontinuidade dos serviços em relação ao Hospital Santa Teresa, que esteve em conversa com o Diretor Executivo do Hospital que já deixou claro que não há mais interesse em prestar serviços ao SUS, Ricardo Patulea, falou sobre o Hospital Santa Tereza ter recebido no ano de dois mil e vinte e dois uma media de oitenta milhões de Reais e que o Alcides Carneiro, com 223 leitos, inteiramente público que atende oncologia, vascular, pediatria, urologia, neonatal, entre outros, recebe pouco mais de dois milhões de Reais por mês e está com os repasses do Governo do Estado em atraso, porém o hospital não está alegando desequilíbrio financeiro e nem ameaçando fechar as portas, e que a comissão de finanças precisa olhar as contas do Hospital Santa Teresa, pois o mesmo recebe dinheiro publico. A Representante da ABM, Glaucia Morelli, demonstrou indignação pelo fato de a Secretaria ter solicitado várias vezes o centro de custos ao hospital e o mesmo não enviar e que um rompimento não pode ser feito dessa forma sem abrir os custos e apontar que o que está sendo pago não é suficiente, ela ainda citou uma maternidade em Belo Horizonte que presta serviço de excelência, totalmente custeada pelo SUS e frisou que o hospital tem a obrigação de apresentar os custos, o Secretário concordou com a fala do Ricardo Patulea, porém reforçou que nesse momento precisa manter a serenidade para tratar a situação, e reforçando mais uma vez que não haverá descontinuidade dos serviços, que é preciso manter a capacidade de conversar com as instituições, que o Hospital Santa Teresa é uma instituição com mais de cento e cinquenta anos na cidade, e que todas as contas prestadas foram formalizadas e assinadas pela comissão que acompanha o Plano Operativo Anual do hospital e que a alegação é de um déficit e não dívida ou falta de comprovação da execução dos serviços e que quanto a isso o próprio secretário não levanta nenhuma falta de lisura ou incorreção por parte do hospital, ressaltou ainda que essas tratativas do hospital para se descredenciar da rede já são levantadas a tempos, que desde sua época ainda como Diretor

do Hospital Nelson Sá Earp que o hospital já alegava que os recursos para manter as cirurgias ortopédicas não eram suficientes, porém em contrapartida reunião de hoje ficou muito claro que foi uma definição da instituição não questionou como fica a filantropia do Hospital em caso de descredenciamento e o que esse Conselho pode fazer em relação a essa decisão do hospital, se pode ser solicitado um pedido de auditoria externa, Glauca questionou se em outros municípios eles fazem atendimento ao SUS e se será mantido, o secretário esclareceu que a Lei de Filantropia mudou em 2017, que desde então a instituição mantenedora deve oferecer, pelo menos sessenta por cento dos serviços em educação, assistência social e saúde o que fez que muitas instituições optassem por ofertar serviços na área de assistência social e educação e mantivessem suas filantropias e que esses serviços hoje mantem a filantropia do hospital pois na verdade o CEBAS esta ligado à congregação, o Secretario sugeriu que essa situação deve ser analisada pela comissão de financease encaminhada à plenária do Conselho, porém reforçou que todas as contas do hospital são aprovadas pelo Tribunal de Contas e que até o presente momento nunca teve conhecimento de problemas na prestação de contas do hospital, o Conselheiro Ricardo Tamella, sugeriu que o Conselho acompanhe e ajude a reforçar o questionamento dos Ministérios Públicos quanto à filantropia do hospital, o Secretario esclareceu ainda que quando houve o processo de pagamento do piso da enfermagem, levantou-se que hospital vem atendendo somente trinta e cinco por cento de SUS na unidade, a conselheira da APPO reforçou que o CEBAS do Hospital Santa Teresa é vinculado ao da congregação que agrega as unidades do Brasil inteiro, isso desobriga o hospital atender SUS no município. O Secretário pediu licença para se retirar da reunião tendo em vista que no dia seguinte o mesmo teria uma agenda pela manhã em Brasília. Retornou-se a leitura dos relatórios das comissões de trabalho, a comissão de ética após a leitura dos seus relatórios e após a manifestação da Sra. Ivana, Conselheira Local de Saúde de Araras e que já colaborou com o CLS do Vale das Videiras, decidiu por se reunir novamente para analisar as novas informações aqui apresentadas, o coordenador da Comissão, Ricardo Tâmeda solicitou que a Secretaria envie um dossiê para comissão de ética sobre a situação do CLS do Vale das Videira e pediu que esse assunto volte a pauta na reunião ordinária de janeiro, em seguida foram apresentados os relatórios das comissões de saúde mental, foi informado que a comissão se reunirá novamente para discutir quanto aos encaminhamentos desses relatórios, em seguida foi apresentado o relatório da comissão de saúde. **Ordem do dia** - Foi feita a apresentação da Associação das Pessoas Portadoras de Doenças Inflamatórias Intestinais de Petrópolis, pelo Dr. José Francisco o mesmo informou que existe no Hospital Alcides Carneiro um ambulatório especializado para tratar Doenças Inflamatórias Intestinais e que todo ano no mês de maio é realizada a caminhada para conscientização da doença, e que a associação recebeu o titulo de utilidade pública. A Presidente solicitou prorrogação da reunião por mais trinta minutos, sendo aprovado por unanimidade e solicitou que os relatórios das comissões sejam apresentados de forma mais sucinta e direcionou novamente o funcionamento das mesmas, bem como da participação de todas as instituições nas comissões. Apresentação do convenio para estagio técnico em analises clínicas no HAC

pelo curso CENTENA, Ricardo Patulea solicitou aprovação para a formalização do convenio sendo aprovado por unanimidade entre os presentes. Indicação de representante suplente para o Conselho de Ética da UCP, o Conselheiro Wesley Diniz se se apresentou. O representante para o COMUPA não foi escolhido e será colocado em pauta na próxima reunião, foi apresentado o calendário de reuniões para o próximo ano e aprovado por unanimidade entre os presentes. Apresentação do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional sobre Assistência da Fisioterapia as Mulheres que passaram por cirurgia de câncer de mama no SUS, a Conselheira Renata, representante do CREFITO, informou que foi aprovado esse mês um Projeto de Lei que altera uma Lei já existente que garante a reconstrução mamaria para as mulheres que fizeram cirurgia de câncer de mama e esse projeto de Lei garante o direito à fisioterapia durante o período pré e pós-operatório a essas mulheres. **Assuntos gerais** – A Conselheira da APPO, Ana Cristina, parabenizou a apresentação do CREFITO, e colocou a situação do CTO que não está mais atendendo pacientes de primeira vez, somente pacientes muito graves, porém não existe paciente com câncer que não seja grave, que todos têm direito ao atendimento e parece que essa situação está acontecendo pelo fato da instituição não estar recebendo o valor extra teto por parte do Governo do Estado, e vem solicitar que esse assunto seja colocado urgentemente na próxima reunião e que seja acionada a Comissão de Oncologia. Ricardo Patulea reforçou a fala da Ana Cristina quanto a dívida do Estado com a oncologia, que somente com Hospital Alcides Carneiro são mais de dois milhões em dívidas, que é preciso uma ação para que a situação não fique insustentável, Patulea destacou ainda que essa dívida do Estado com a oncologia do município foi apresentada na Câmara Municipal no dia da apresentação do relatório quadrimestral, Roseli informou que dia cinco de dezembro terá a reunião do Conselho Estadual de Saúde, e que estará levando esses números das dívidas do Estado com o Município, tanto da oncologia quanto das UPAs e hemodiálise, Ricardo reforçou que já tem pacientes vindo de outros municípios buscar atendimento aqui em Petrópolis, que estamos voltando à mesma situação de dois mil e quinze, Roseli convidou os Conselheiros que puderem estar indo juntos a reunião pois será importante para reforçar a necessidade dos repasses do Estado. A representante do GRUPARJ, Ildair solicitou que seja colocado como ponto de pauta para próxima reunião os relatórios do curso de capacitação de educação permanente em saúde, foi solicitado pela Superintendente Michele Lago, que seja colocado como ponto de pauta na próxima reunião a Portaria 96/2023, que estabelece os parâmetros para pagamento de auxílio financeiro as entidades privadas sem fins lucrativos que prestam serviços ao SUS. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos.

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signature: Ana Cristina]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]